

STJ00115499

André Luis Pontes Bitencourt

**A NEGATIVA DE ATENDIMENTO
DE URGÊNCIA EM CONTRATOS
DE SAÚDE SUPLEMENTAR**
DESAFIOS PARA A GARANTIA DOS DIREITOS

Appris
Editora

Editora Appris Ltda.

1.ª Edição - Copyright© 2022 do autor

Direitos de Edição Reservados à Editora Appris Ltda.

Nenhuma parte desta obra poderá ser utilizada indevidamente, sem estar de acordo com a Lei nº 9.610/98. Se incorreções forem encontradas, serão de exclusiva responsabilidade de seus organizadores. Foi realizado o Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional, de acordo com as Leis nº 10.994, de 14/12/2004, e 12.192, de 14/01/2010.

Catálogo na Fonte

Elaborado por: Josefina A. S. Guedes

Bibliotecária CRB 9/870

1227274

B624n Bitencourt, André Luis Pontes
2022 A negativa de atendimento de urgência em contratos de saúde
suplementar : desafios para a garantia dos direitos / André Luis Pontes
Bitencourt. - 1. ed. - Curitiba: Appris, 2022.
107 p. ; 21cm. - (Direito e constituição).

Inclui referências.

ISBN 978-65-250-3236-8

1. Direito à Saúde. 2. Cidadania. I. Título.

CDD - 344

Livro de acordo com a normalização técnica da ABNT

Appris
editora

Editora e Livraria Appris Ltda.
Av. Manoel Ribas, 2265 - Mercês
Curitiba/PR - CEP: 80810-002
Tel. (41) 3156 - 4731
www.editoraappris.com.br

Printed in Brazil
Impresso no Brasil

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

A SAÚDE E A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DE DIREITOS	19
1.1 A SAÚDE COMO DIREITO FUNDAMENTAL	21
1.2 A SAÚDE COMO DIREITO SOCIAL.....	24
1.3 O SISTEMA MISTO DE SAÚDE ADOTADO NO BRASIL.....	28

CAPÍTULO 2

OS ASPECTOS PRINCIPOLÓGICOS DO CONTRATUALISMO: UM OLHAR AMPLIADO DO DIREITO CIVIL	33
2.1 OS PRINCÍPIOS GERAIS DO CONTRATO	34
2.1.1 O PREDICATIVO DA AUTONOMIA: A BASE MAIOR NO CONTRATUALISMO EM DIREITO CIVIL.....	35
2.1.2 O PRÍNCÍPIO DA SUPREMACIA DA ORDEM PÚBLICA: A ASSUNÇÃO DOS INTERESSES COLETIVOS E DIFUSOS NO CONTRATUALISMO.....	35
2.1.3 O PRINCÍPIO DO CONSENSUALISMO E A QUESTÃO DO PROCESSO DE ADIMPLIR EM TERMOS CONTRATUAIS.....	35
2.1.4 O PRINCÍPIO DA RELATIVIDADE DOS EFEITOS DOS CONTRATOS: A AMPLITUDE CRÍTICA DO DIREITO CIVIL NO CONTRATUALISMO MODERNO	36
2.1.5 O PRINCÍPIO DA OBRIGATORIEDADE DOS CONTRATOS: O PACTA SUNT SERVANDA ENQUANTO PEÇA-CHAVE DA IRREVERSIBILIDADE CONTRATUAL	36
2.1.6 O PRINCÍPIO DA BOA-FÉ COMO CARIZ COMPORTAMENTALDO CONTRATUALISMO	37
2.1.7 O PRINCÍPIO DA BOA-FÉ APLICADA NAS RELAÇÕES DE CONSUMO: A SINERGIA NECESSÁRIA PARA A ESTABILIZAÇÃO DA SEGURANÇA JURÍDICA.....	38
2.2 A CONCEITUAÇÃO DA TRANSPARÊNCIA NO DEVER-SER DO CONTRATUALIDADE NA REDAÇÃO DA PEÇA CONTRATUAL.....	39

2.3 O CONTRATO DE ADESÃO NO CAMPO DO MERCADO DE SAÚDE SUPLEMENTAR: CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS.....	40
2.4 O CONTRATO DE ADESÃO EM PLANOS DE SAÚDE: PARTICULARIDADES JURÍDICAS NAS MODALIZAÇÕES NEGOCIAIS.....	41
2.5 OS CAMINHOS DA APURAÇÃO DA RESPONSABILIDADE CIVIL EM PLANOS DE SAÚDE.....	42
2.6 DA IMPOSSIBILIDADE DO CANCELAMENTO UNILATERAL DE MODO AUTOMÁTICO.....	45
2.7 O INADIMPLEMENTO DO CONTRATANTE OU ADERENTE: A LEI COMO EQUILÍBRIO PROTETIVO DE DIREITOS.....	46

CAPÍTULO 3

O DIREITO DO CONSUMIDOR NA RELAÇÃO DE CONSUMO PRESENTE NOS CONTRATOS DE PLANOS DE SAÚDE.....	51
3.1 A BASE DOCTRINÁRIA DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (CDC) E A CONFLUÊNCIA COM O CÓDIGO CIVIL: A SINERGIA NECESSÁRIA.....	52
3.2 A DESCRIÇÃO PRINCÍPIOLÓGICA E A SUA PRESENÇA NO CDC: O PROTECIONISMO DO CONSUMIDOR COMO PROPOSIÇÃO CONSTITUCIONAL.....	53
3.3 O AVANÇO DA CIDADANIA EM FUNÇÃO DA VULNERABILIDADE DO CONSUMIDOR.....	53
3.4 A VULNERABILIDADE E A RELAÇÃO PRINCÍPIOLÓGICA COM A HIPOSSUFICIÊNCIA JURÍDICA.....	54
3.5 A QUESTÃO DA BOA-FÉ OBJETIVA NAS MALHAS DAS CONEXÕES INTRA E METAJURÍDICAS.....	55
3.6 A AMPLIAÇÃO DA APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA BOA-FÉ: A TRANSPARÊNCIA EM DUPLA FACE.....	55
3.7 O PRINCÍPIO DA FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO: A RELATIVIZAÇÃO DO PACTA SUNT SERVANDA.....	56
3.8 O PRINCÍPIO DA EQUIVALÊNCIA CONTRATUAL: A LUTA PELA CONSAGRAÇÃO DA IGUALDADE.....	58
3.9 O ALCANCE DO PRINCÍPIO DA REPARAÇÃO INTEGRAL DOS DANOS.....	59

CAPÍTULO 4**OS IMPACTOS DA JUDICIALIZAÇÃO EM SAÚDE:****OS IMPERATIVOS CONSTITUCIONAIS E O TEMPO DO****DISCIPLINAMENTO JURÍDICO DOS DIREITOS EM SAÚDE..... 63**

4.1 A NORMATIZAÇÃO DA LEI 9656/98 E A COMPLEXA RELAÇÃO
COM OS OPERADORES MERCANTIS EM SAÚDE SUPLEMENTAR
NO BRASIL.....64

4.2 OS DISPOSITIVOS E ORGÃOS OPERATIVOS DA NORMATIZAÇÃO:
A AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR (ANS)
E O CONSELHO DE SAÚDE SUPLEMENTAR (CONSU).....64

4.3 A URGÊNCIA E EMERGÊNCIA EM PLANOS DE SAÚDE
E AS SUAS PROTEÇÕES FRENTE AO DISPOSITIVO CONTRATUAL
DA CARÊNCIA72

4.4 PRAZOS DE CARÊNCIA APÓS A LEI 9.656/199873

4.5 AS HIPÓTESES DE RECUSA AO ATENDIMENTO DE URGÊNCIA.74

4.6 A POLÊMICA JURÍDICA DAS SITUAÇÕES DE ATENDIMENTO DE
URGÊNCIA/EMERGÊNCIA NA PÓS-ASSINATURA DE CONTRATO DE
SAÚDE.....75

4.7 AS COBERTURAS FORA DA REDE CONVENIADA.....76

4.8 O CAMINHO A SER BUSCADO FRENTE AO ATENDIMENTO:
O RECONHECIMENTO DA VULNERABILIDADE COMO
FERRAMENTA PRINCIPIOLÓGICA78

4.9 A HIPERVULNERABILIDADE: A CONSTRUÇÃO QUE CAPTURA
AS NECESSIDADES SINGULARES DOS NOVOS SUJEITOS DO
ESTADO DE DIREITO79

4.10 OS ESTATUTOS E LEIS NORMATIVAS PRESENTES
NO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS À SAÚDE80

4.11 AS RECLAMAÇÕES E PROCESSOS: A TRILHA EXTRA-JUDICIAL
ABERTA PELOS APARATOS JURÍDICOS DE ESTADO NO BRASIL.....83

4.12 O APORTE DO SISTEMA PROCON NAS RECLAMAÇÕES
EXTRA-JUDICIAIS.....84

4.13 A RATIFICAÇÃO DOS DIREITOS: TUTELA ANTECIPADA COMO
FERRAMENTA DA GARANTIA EM DIREITOS EM SAÚDE85

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
REFERÊNCIAS.....	95
ANEXO: MODELO BÁSICO DE PEÇA JURÍDICA DA TUTELA ANTECEDENTE ANTECIPATÓRIA	101
ÍNDICE REMISSIVO	103